

Pistas para renovar a ação social antirracista

Clues for renewing anti-racist social action

María-José Aguilar-Idáñez¹
Daniel Buraschi²

Resumo

A ação social antirracista não está a combater eficazmente o racismo contemporâneo. Os modelos tradicionais de sensibilização possuem várias limitações que impedem a realização dos seus objetivos declarados. Este artigo descreve e explica essas limitações, partindo da análise dos modelos implícitos dominantes da atual intervenção antirracista. Propomo-nos, também, apresentar dois novos instrumentos conceptuais que permitam reenquadrar a ação antirracista, para a tornar numa ação com verdadeira capacidade de transformação e despojada de fronteiras morais. Finalmente, são apresentadas e descritas várias propostas operacionais que permitem a renovação da ação social antirracista numa perspetiva crítico-transformativa: a reflexividade crítica; a descolonização da própria cultura; compreender para transformar; o protagonismo de grupos racializados e discriminados; a comunicação participativa; e o empowerment comunicacional.

Palavras-chave: Racismo, Modelo Implícito, Fronteiras Morais, Comunicação Participativa, Empoderamento Comunicacional, Reflexividade Crítica, Interculturalismo Funcional, Prática Anti-Opressiva.

Abstract

Anti-racist social action is not proving effective at combating contemporary racism. Traditional awareness models suffer from serious limitations that prevent them from achieving their stated objectives. In this paper, these limits are described and explained, based on an analysis of the dominant models implicit in current anti-racist intervention. Second, two new conceptual tools are proposed that are essential to reframe anti-racist action, so that socio-educational intervention is truly able to transform and eliminate moral boundaries. Finally, several operational proposals are presented and described to renew anti-racist social action from a critical-transformative perspective: critical reflexivity, the decolonization of one's own culture, understanding to transform, the enabling of racialized and discriminated groups, participatory communication, and communicational empowerment.

Keywords: Racism, Implicit Model, Moral Boundaries, Participatory Communication, Communicational Empowerment, Critical Reflexivity, Functional Interculturality, Anti Oppressive Practice.

Introdução

A ação antirracista tradicionalmente implementada a partir das instituições públicas e civis, por meio do ativismo sociopolítico ou da ação social (que inclui intervenção social formal e institucionalizada e a sensibilização cidadã ou educação social em sentido lato)

¹ GIEMIC, Universidad de Castilla-La Mancha, España | MaríaJose.Aguilar@uclm.es

² GIEMIC, Universidad de Castilla-La Mancha, España

tem sido insuficiente para eliminar o racismo clássico. Além disso, apresenta sérias limitações para combater eficazmente o racismo contemporâneo.

As novas faces do racismo e as suas expressões heterogêneas apresentam uma continuidade com as "velhas" formas de racismo, mas o racismo contemporâneo substituiu a raça pela etnicidade, cultura e identidade. Sob formas mais subtis do que explícitas, estes discursos e práticas racistas têm agora uma intenção moralizadora ao tentarem coexistir com valores democráticos e igualitários. Este zelo moralizante do novo racismo visa torná-lo compatível com os princípios democráticos. Neste contexto, a ação social antirracista clássica mostrou certos limites e deve ser renovada a fim de combater eficazmente os novos racismos.

O texto centra-se na ação social antirracista, partindo de uma identificação dos limites das ações tradicionais de sensibilização. Visa fornecer novas ferramentas teórico-conceituais e diretrizes operativas inovadoras para implementar um antirracismo crítico-transformativo, que acelere ou intensifique os processos de emancipação e libertação pessoal e social, a partir da ação social e educativa.

1. Limites da intervenção social antirracista

As estratégias institucionais e das organizações sem fins lucrativos contra o racismo têm-se concentrado principalmente na comunicação e na sensibilização. Os modelos tradicionais de sensibilização mostram sérias limitações que, com muita frequência, impedem a realização dos seus objetivos.

Na última década, perspectivas críticas ao antirracismo censuraram o chamado "antirracismo moral" ou "antirracismo funcional": um conjunto de estratégias políticas anti-discriminatórias e estratégias de intervenção que negam o caráter estrutural do racismo, concentrando-se apenas na sua dimensão atitudinal; excluem indivíduos e grupos que são vítimas de racismo, reproduzindo modelos paternalistas e salvadoristas; e esvaziam o antirracismo do seu poder transformador e político.

A fim de renovar o antirracismo, é necessário descobrir as práticas e modelos de intervenção implícitos que reproduzem irrefletidamente as lógicas da desigualdade. É necessário tomar consciência das bases inconscientes ou implícitas que sustentam a ação, uma vez que nem sempre estão de acordo com as bases explícitas da mesma (Aguilar-Idáñez, 2010). Todas as pessoas, incluindo as que se declaram antirracistas e realizam projetos de ação socioeducativa antirracista, podem ter preconceitos, estereótipos ou um certo etnocentrismo nas suas formas de ser, pensar e agir, sem terem consciência disso

(Aguilar-Idáñez, 2011). É necessário identificar e compreender estes quadros de referência que orientam a ação, de forma inconsciente e irrefletida, para estar em condições de realizar ações que garantam o sucesso. As formas de conceber ações de intervenção social antirracistas, as estratégias e metodologia de trabalho baseiam-se em modelos implícitos formados por quadros de referência que refletem uma construção simplificada e esquemática da realidade, que fornecem uma explicação da mesma e um esquema geral de referência que orienta a prática de forma irrefletida. Embora possa ser desconfortável devemos estar conscientes de que a nossa forma de trabalhar com e para as pessoas discriminadas, contra o racismo e a favor da construção de uma sociedade mais justa, baseia-se, frequentemente, em valores, pressupostos e estereótipos que podem legitimar e reproduzir novas formas mais subtis, mas igualmente prejudiciais de racismo (Aguilar-Idáñez, 2011).

Os modelos implícitos subjacentes a qualquer ação antirracista dependem e são condicionados pela inter-relação de três elementos: o modo como se define o racismo e, em particular, as suas principais causas; as estratégias consideradas como as mais legítimas para lidar com o problema; o modo como são definidas as pessoas envolvidas, em particular que papéis e estatuto lhes são atribuídos. Estes três elementos caracterizam os atuais modelos implícitos da ação social antirracista.

1.1. A definição de racismo, suas causas e consequências

O discurso antirracista carece frequentemente de instrumentos conceptuais adequados para compreender o racismo, e as suas ações não se baseiam num diagnóstico e análise rigorosa da realidade. A consequência imediata é a geração de estratégias de intervenção inadequadas ou, na melhor das hipóteses, parciais. Exemplos deste reducionismo causal são o racismo como disposição, ou seja, a ideia de que o racismo é uma característica estritamente individual, própria das pessoas fanáticas, uma patologia individual em vez de um fenómeno social. Quando o racismo é encarado como ignorância e medo do desconhecido, a falta de conhecimento e informação é encarada como a principal causa do racismo. Neste caso surgem dois reducionismos diferentes: o primeiro é a redução do racismo ao preconceito e o segundo reduz o preconceito à ignorância. Outra forma de reducionismo causal das práticas antirracistas é conceber o racismo como choque cultural. Neste caso, o racismo é reduzido a um problema de choque entre diferentes valores culturais, centrando-o assim nas diferenças.

Finalmente, há outro aspeto do reducionismo que tem sido denunciado especialmente pelo feminismo negro (Hooks, 1989): o facto de se considerar apenas uma dimensão categorial, por exemplo, raça ou etnia, tornando invisíveis as outras categorias sociais que articulam a experiência do grupo estigmatizado e dos seus membros. O racismo é, antes de mais, uma "experiência vivida": a vítima de racismo está no centro de um sistema de classificação hierárquico no qual o fenótipo é confundido com classe, etnia, género, crenças religiosas e outros aspetos culturais. Os sistemas de exclusão e de dominação classista, racistas e sexistas de exclusão e dominação cruzam-se, integram e geram formas complexas de dominação e exclusão.

1.2. A definição das pessoas envolvidas

Em muitas ocasiões, o papel dos membros do grupo estigmatizado nas intervenções antirracistas é secundário reproduzindo, assim, um tipo de intervenção paternalista e salvacionista. Esta característica do modelo implícito dominante na prática antirracista concebe os migrantes, os grupos racializados e etnicizados, como sendo frágeis, carenciados, vulneráveis e vítimas que tem de ser "salvas" da sua situação. A sua descrição como "vítimas" (sem capacidade de agência) condiciona um tipo de resposta destinada a suscitar sentimentos de compaixão sem compromisso, o que constitui, sem dúvida, outra forma de minimização e estigmatização.

As ações antirracistas paternalistas e vitimizantes são uma forma subtil e, particularmente, insidiosa de negação da alteridade e da colonialidade (Quijano, 1991). Tornam invisíveis as experiências de resistência e dissidência dos grupos subalternos, considerando-os como objetos e não como protagonistas/sujeitos da história. Uma vez mais é-lhes negado o seu direito de tomar decisões e a sua capacidade de transformação em nome de teorizações e práticas de intervenção que pretendem ser universais, mas que acabam por ser etnocêntricas.

Como sublinha Freire (1970), numa ordem social injusta, as estruturas de dominação são fontes permanentes de "falsa generosidade", funcionalmente domesticadora. Neste sentido, argumenta que a solidariedade é uma atitude radical, pelo que declarar que as pessoas são livres, mas nada fazer para tornar esta reivindicação concreta e objetiva, torna-a numa farsa.

1.3. Estratégias de intervenção

a) Interculturalidade funcional

Perante as derivas racistas do discurso dominante sobre a integração e a coexistência em contextos multiculturais, foi desenvolvido um modelo de gestão da diversidade, particularmente presente no discurso e práticas educativas, sociais e institucionais, que pode ser definido como interculturalidade funcional (Tubino, 2005; Walsh, 2008). É um modelo que enfatiza a interação entre 'culturas', a tolerância, a harmonia, o respeito e as oportunidades positivas que a diversidade cultural proporciona, tornando invisível a assimetria de poder que existe entre grupos, a lógica racista e colonialista em que se enquadram as relações, a desigualdade estrutural entre grupos e a intersecção entre 'raça', origem cultural, género, classe, etc. Neste contexto, a interação é pensada de forma superficial e ingénua, reduzindo-a a uma celebração de uma "estética intercultural" (Aguilar-Idáñez & Buraschi, 2018), sem ter em conta a natureza dinâmica, fluida e flexível das culturas e a complexidade das relações de dominação existentes nos espaços multiculturais.

Outro elemento problemático do interculturalismo funcional é a ênfase que coloca na convivência harmoniosa "entre culturas", na celebração da diferença, na luta contra atitudes negativas e na evitação de conflitos, que pode ter o efeito paradoxal de desencorajar a mobilização de grupos discriminados, a ação coletiva e as críticas ao racismo estrutural e institucional (Dixon, Levine, Reicher e Durrheim, 2012).

Como salienta Tubino (2005), o interculturalismo funcional realça a necessidade de diálogo sem ter em conta a discriminação estrutural, a pobreza, a exclusão social e moral sofrida por certos grupos, fatores que são os principais obstáculos à existência das bases para um diálogo em igualdade. É funcional porque não questiona o sistema atual, mas, pelo contrário, gera um discurso e uma prática que legitima as desigualdades estruturais. O interculturalismo funcional é, segundo Walsh, um "dispositivo de poder que permite a permanência e o reforço das estruturas sociais estabelecidas e da sua matriz colonial" (Walsh, 2008, p. 2). É uma abordagem dominante que não procura a criação de sociedades mais igualitárias, mas sim o controlo e domesticação do conflito para manter a estabilidade social, "é uma estratégia política funcional ao sistema-mundo moderno e ainda colonial; procura 'incluir' os anteriormente excluídos num modelo de sociedade globalizado governado não pelo povo, mas pelos interesses do mercado" (Walsh, 2008, p. 8).

Para além das boas intenções, este tipo de gestão tem uma característica que pode dificultar a coexistência intercultural inclusiva: a folclorização das diferenças, uma vez que se trata de um culturalismo adocicado, uma visão "de montra" das culturas. Assim, existe o risco de reproduzir uma visão redutora e estática das culturas e de aprisionar as pessoas em categorias estereotipadas, mais próximas dos guias turísticos do que da sua realidade pessoal.

b) Contra-argumentos

Outro aspeto crítico da intervenção é a utilização de contra-argumentos como principal estratégia de comunicação antirracista. Por estratégia de contra-argumentação entendemos um conjunto de atos comunicativos que realçam as limitações ou objeções aos argumentos presentes no discurso do ódio ou no discurso racista, com o objetivo de neutralizar os argumentos. Frequentemente, são estruturadas em torno de uma lógica de refutação e nos projetos assumem, geralmente, a forma de criação de guias e manuais contendo diferentes contra-argumentos (os contra-argumentários), juntamente com atividades de formação da sociedade civil para a instruir sobre como contra-argumentar.

Como salientam Katwala, Ballinger e Rhodes (2014), os contra-argumentos podem polarizar posições e ter um efeito contraproducente. Quando ninguém confia nos factos e números disponíveis, é pouco provável que uma abordagem baseada em factos seja convincente. Os exercícios para "desmontar rumores" são populares entre as pessoas que já estão sensibilizadas, mas apenas servem, segundo estes investigadores, para reforçar a sensação de "estar do lado certo" das pessoas sensíveis à questão. O problema de tentar "simplesmente apresentar os factos às pessoas" é que se trata de um exemplo de como não desenvolver o diálogo. Os contra-argumentos tratam as pessoas como 'ignorantes', apresentam argumentos que são frequentemente gerais e abstratos e que em nada se relacionam com a experiência direta das pessoas, e desse modo, reproduzem uma relação assimétrica onde uma pessoa tem razão e a outra é racista ou é ignorante ou, na melhor das hipóteses, ingénua e influenciada pelo discurso de ódio. Em nenhum caso se legitima as necessidades que podem estar na base das atitudes negativas da pessoa que se procura convencer, em nenhum caso se admite como válida a sua experiência e a sua visão dos factos. Essa lógica discursiva gera rejeição, as pessoas protegem-se e interpretam o ataque às suas posições como um ataque à sua identidade. O resultado é a polarização e, muito provavelmente, que cada um procure espaços, fóruns presenciais ou online onde possa encontrar a confirmação de suas posições. Um segundo problema das estratégias de contra-argumentação é que assumem que as pessoas estão dispostas a serem convencidas

por argumentos racionais baseados em factos, e que as suas ideias, atitudes e comportamentos não são influenciados por questões identitárias, elementos emocionais, etc.

c) Comunicação orientada para o mercado e centrada nos media

O último elemento crítico dos modelos implícitos de intervenção antirracista é a predominância de um modelo de comunicação mediocêntrico, linear e mercadológico. Geralmente, propõe-se uma comunicação que reproduz a lógica dos meios de comunicação/persuasão de massa, sem entender que a comunicação é um processo mais amplo e complexo. A comunicação é vertical, unidirecional e é encarada como competência e responsabilidade dos especialistas. Além disso, o objetivo de comunicação de muitas ONG's continua a centrar-se na sensibilização de modo a obter fundos, tornar a organização visível e, apenas em terceiro lugar, sensibilizar o público para determinados problemas. O processo comunicativo não é participativo: por um lado, a sociedade civil é percebida como recetora passiva de um processo persuasivo; por outro lado, em muitas ocasiões, o papel dos membros do grupo estigmatizado nas intervenções antirracistas é secundário ou passivo. No entanto, o maior perigo não é apenas a desconfiguração da solidariedade, mas a construção de um discurso que apela constantemente à compaixão, através de vozes suplicantes e passivas, que podem desumanizar pessoas ou grupos discriminados e, portanto, contribuir para a construção de limites morais.

Ter consciência desses modelos implícitos é uma ferramenta poderosa para desenvolver a reflexividade crítica e caminhar para uma ação social antirracista verdadeiramente emancipatória.

2. Novas ferramentas conceituais para uma intervenção antirracista crítico-transformativa

Superar as limitações identificadas acima requer a disponibilização de ferramentas teóricas adequadas; uma vez que se conceitos clássicos se apresentam insuficientes e ineficazes. Assim, não tem sentido, nem fundamento lógico, continuar a basear a ação em tais conceitos. Dito de outra forma, é necessário redefinir e reconceptualizar a realidade se a queremos mudar. Não podemos esquecer que todas as formas de conceber implica ou envolve um certo modo de intervir. Portanto, uma nova forma de ação requer um novo arcabouço conceitual para que a ação antirracista seja verdadeiramente transformadora. De seguida apresentamos dois conceitos básicos que devem fundamentar e nortear a ação social antirracista.

2.1. Racismo

Uma definição de racismo que seja operacional e útil para a ação antirracista transformadora, deve superar tanto definições restritas (que o vinculam à raça, à ideologia racista ou a aspetos biológicos) como definições genéricas (que abrangem qualquer tipo de discriminação, banalizando e diluindo a discriminação racista). Além disso, deve incluir os seus dois elementos fundamentais (dominação e racialização), bem como o seu carácter complexo e multidimensional (interpessoal, institucional e estrutural).

Falamos de dominação porque o racismo é um princípio estruturante do sistema e uma manifestação concreta do poder e opressão de um grupo sobre outros. O racismo é um mecanismo de inferiorização do outro através de uma diferenciação radical que racializa as diferenças. Já a racialização é o processo através do qual as diferenças fenotípicas, sociais, culturais, religiosas, etc. são pensados como se fossem naturais, essenciais, como se fossem marcadores de uma suposta raça, de uma pessoa. Implica uma diferenciação essencial e radical entre grupos humanos, a redução da complexidade das pessoas à algumas características ligadas a um grupo (identidade cultural, fenótipo, etnia, religião, língua) e uma relação determinista entre essas características e o modo de ser de uma pessoa.

O racismo é um sistema de dominação e inferiorização de um grupo sobre outro baseado na racialização das diferenças, na qual se articulam dimensões interpessoais, institucionais e culturais. Ela se expressa por meio de um conjunto de ideias, discursos e práticas de invisibilidade, estigmatização, discriminação, exclusão, exploração, agressão e expropriação (Aguilar-Idáñez & Buraschi, 2016, p. 34).

Fruto de seu carácter multidimensional, o racismo é um fenómeno complexo, já que as suas dimensões estão fortemente relacionadas e entrelaçadas entre si, retroalimentando-se mutuamente. Não se trata de dimensões isoladas que podem ser adicionadas ou sobrepostas, mas sim de dimensões que se retroalimentam entre si e se cruzam umas com as outras. Isto explica a complexidade do racismo, assim como, a complexidade para a sua resposta (de modo a desconstruí-lo como sistema de dominação).

a) Dimensão interpessoal e intergrupala

Chamamos “interpessoal” a esta dimensão do racismo, porque inclui dois aspetos (a atitudinal e a comportamental) que tem sempre efeitos e consequências muito

relevantes nas relações entre as pessoas (seja nas interações individuais, intergrupais ou comunitárias). Essa dimensão interpessoal envolve dois níveis ou aspetos: o atitudinal (os preconceitos, as crenças, as orientações prévias à ação) e o comportamental (que integra desde as micro práticas de rejeição quotidiana até a violência direta).

No entanto, esses dois níveis nem sempre estão presentes em simultâneo: os preconceitos podem não se materializar em ações/comportamentos porque as circunstâncias ou a pressão social sancionam sua expressão (ou seja, porque são 'reprovados' socialmente) ou os preconceitos podem ser automáticos, pela ativação espontânea de associações mentais que não são necessariamente aprovadas pessoalmente, mas estão embutidas em nosso horizonte cultural (Devine, 1989). Da mesma forma, pode haver casos de comportamentos discriminatórios que não se baseiam em atitudes negativas em relação a um determinado grupo, mas sim no facto de não terem em consideração as suas particularidades (como ocorre em algumas formas de discriminação indireta) ou em sentimentos negativos que são acompanhados por estereótipos de carácter positivo que servem para manter o sistema de dominação.

b) Dimensão institucional

Utilizamos, aqui, o termo "institucional" em sentido estrito, como qualquer prática, discurso ou ideia relacionada a uma organização que desempenha uma função de interesse público. Independentemente da sua propriedade ou gestão ser pública, privada ou mista.

Esta dimensão institucional do racismo expressa-se de duas formas: sem atores (por meio de normas, leis, regulamentos, políticas públicas, mecanismos de alocação e acesso a recursos etc.) e com atores (práticas de representantes institucionais, discursos políticos, práticas de funcionários encarregados de fazer cumprir as leis e implementar políticas, etc.).

“A dimensão institucional do racismo é constituída pelo conjunto de políticas, práticas e procedimentos que prejudicam algum grupo étnico (ou racial), impedindo-o de alcançar uma posição de igualdade” (Aguilar e Buraschi, 2016, p.32), e isso pode ser observado em diferentes áreas das quais, pela sua importância, destacamos as seguintes:

- Os discursos públicos de representantes institucionais que legitimam a rejeição de migrantes e/ou pessoas racializadas.

- O conjunto de leis, normas, medidas, regulamentos e procedimentos burocráticos que produzem desigualdade e limitam os direitos sociais, políticos, económicos e culturais das pessoas migrantes.
- Políticas públicas que tem efeitos discriminatórios diretos ou indiretos em diferentes áreas. Incluímos aqui tanto as políticas de migração do Estado como as políticas sociais de educação, emprego, proteção social, habitação, etc.
- Ações (e inações) com efeitos discriminatórios realizadas por pessoas que representam e trabalham nas instituições. Incluem-se aqui: o comportamento discriminatório de funcionários públicos que representam a Lei e o Estado (polícia, funcionários da imigração, militares, etc.); do pessoal das entidades civis (ONG's, fundações, etc.) que prestam serviços públicos (centros para menores, centros de acolhimento para pessoas migrantes, etc.); e do pessoal que toma decisões ou administra entidades de interesse público.
- Programas de integração social que, explícita ou implicitamente, reproduzem modelos paternalistas, assimilacionistas ou etnocêntricos. Seja pelo seu desenho, pela abordagem ou pela forma como são implementados através das práticas dos profissionais que atuam na saúde, educação, proteção social, emprego, etc. (Aguilar-Idáñez e Buraschi, 2020, p. 1).

A importância da dimensão institucional do racismo, aqui explicada, reside no fato de incluir tanto os elementos estritamente sistêmicos ou estruturais, quanto os elementos comportamentais vinculados às ações das diversas pessoas no exercício de suas funções. Devido ao seu grande poder analítico, é muito útil para compreender o papel das instituições na reprodução do racismo, incluindo entidades de ação social públicas e privadas (Buraschi e Aguilar-Idáñez, 2021).

c) Dimensão cultural

Inclui as visões de mundo, doutrinas, teorias, ideias e todos os elementos que constituem a cultura dominante e que cumprem sempre uma função ideológica, mesmo que não se expressem na forma de uma ideologia explícita ou concreta. Deve-se levar em conta que a discriminação, a segregação ou a exploração nem sempre, ou necessariamente, se baseiam numa ideologia racista clara, mas enquadram-se sempre num universo cultural imerso em elementos racistas que podem permanecer latentes, mas que são facilmente recuperados se o sistema de dominação precisar.

2.2. Limites morais

A legitimação social e política do racismo em sociedades democráticas que proclamam o universalismo moral, e até mesmo o humanitarismo intervencionista, exige a existência de fortes dispositivos de controle social. Como toda a violência direta do Estado contra determinados grupos de pessoas não poderia ser sustentada ao longo do tempo apenas pelo 'poder duro' da força, é necessário também o uso de um 'poder suave' que consiga legitimar perante a maioria da população o uso dessa violência, para que a sociedade justifique, internalize e normalize essa violência do Estado contra as pessoas migrantes e/ou racializadas.

Por outras palavras, “a capacidade de usar a violência com sucesso requer o enquadramento individual e coletivo das mentes”, já que “o poder se exerce fundamentalmente construindo significados na mente humana através de processos de comunicação” (Castells, 2009, p.535). O racismo precisa, para se manter como sistema de dominação, da indiferença social, da empatia seletiva e da rejeição/desprezo de pessoas deslocadas à força. O racismo requer a apatia do espectador (entendido como a pessoa que não se envolve ativamente em uma situação em que alguém precisa de ajuda), que só pode ser produzida pela construção prévia de limites morais.

As fronteiras que impedem o abrigo e o acolhimento das pessoas migrantes e deslocadas não são apenas políticas e legais, mas também simbólicas. As fronteiras simbólicas são as que marcam as diferenças entre 'nós' e 'eles': são linhas imaginárias que definem a identidade, as características e os limites dos grupos. São articuladas por meio de imagens, ações, formas discursivas, esquemas mentais, emoções, sentimentos e símbolos que constituem representações sociais compartilhadas. Quando as fronteiras simbólicas, como no caso dos processos de racialização, separam grupos em conflito, em

competição, ou grupos cuja relação é caracterizada por uma forte assimetria de poder, uma relação de dominação ou opressão, elas tornam-se em fronteiras morais:

As fronteiras morais são linhas simbólicas de separação que colocam certos grupos fora das margens nas quais nos sentimos obrigados a aplicar normas morais e justiça, ou seja, fora de nossa 'comunidade moral'. Nesse caso, a racialização não concebe apenas uma ordem social, mas também uma ordem moral (Buraschi & Aguilar-Idáñez, 2019, p. 38).

A construção de fronteiras morais por meio de processos de racialização de determinados grupos sociais é um dispositivo fundamental da tanatopolítica (Foucault, 2008), ou seja, do poder que o sistema tem de 'matar' e 'deixar morrer' certas pessoas que representam uma ameaça ou que são simplesmente considerados 'supérfluos', como por exemplo, as pessoas migrantes ou em busca de refúgio.

Neste contexto, as fronteiras morais são dispositivos fundamentais para o funcionamento do poder, pois permitem disciplinar (no sentido foucaultiano do termo) as emoções e o nosso espaço moral. Da mesma forma que as fronteiras políticas são necessárias para definir a soberania política e para manter as desigualdades globais, as fronteiras morais são necessárias para justificar a nossa visão do mundo, o nosso horizonte de significados que dão sentido à nossa identidade, a nossa reivindicação de humanidade, universalidade e superioridade moral tornando invisíveis as contradições éticas e sociais da desigualdade global.

As fronteiras morais são um dos principais dispositivos do racismo porque possibilitam a aceitação e justificação de atos que seriam inconcebíveis no interior da nossa comunidade moral. O processo psicossocial de construção de fronteiras morais é o mecanismo mais refinado da barbárie moderna, essencial para gerar indiferença social (institucional e civil) perante as pessoas migrantes e refugiados. Além de sua importante dimensão discursiva, as fronteiras morais são uma forma de violência cultural e um dispositivo tanatopolítico. Justificam a desigualdade e são um instrumento de exercício do poder que alimenta o imaginário racista embutido em nosso arcabouço cultural.

3. Propostas operativas para renovar a ação antirracista

Nesta parte do artigo são propostas diretrizes operacionais para renovar a ação antirracista para que esta contribua verdadeiramente para o exercício da cidadania

inclusiva. São propostas orientadas para o desenvolvimento da reflexividade crítica, da comunicação participativa e do empoderamento comunicacional.

3.1. Reflexividade crítica

Vivemos em um contexto onde a cidadania é um conceito onipresente, mas trata-se de “uma cidadania sem cidadãos e cidadãs” (Aparício Guadas, 2002), sua prática são apenas um esboço disciplinador de corpos e mentes que elenca direitos em suas declarações e princípios, agendas e declarações públicas, mas que estão longe de serem cumpridas ou realizadas. Atravessada por uma postura ética circunscrita a uma moral legitimadora do estatuto social e político, a cidadania define a inclusão ou exclusão do sistema. Dai resulta uma cidadania como normas e procedimentos em vez do reconhecimento e exercício de direitos e obrigações num estado democrático, que é o que deveria constituir o ‘ser cidadão’.

Perante uma cidadania cada vez mais desvalorizada como conceito e como prática, cada vez mais tecnocrática, rígida e associada a identidades individuais, urge revalorizá-la. É urgente reivindicar uma nova cidadania global onde tomamos consciência do facto da polis sermos nós e que seu destino depende da nossa reflexão, do nosso comportamento e das nossas decisões. Porque o problema da democracia não se reduz a evidenciar as suas deficiências, mas sim a restaurar a ideia de participação-compromisso e o valor do comum. Trata-se de reinventar a cidadania e a democracia como ações sociais de transformação realizadas pela totalidade dos cidadãos. Uma multidão que ultrapassa, como consequência dos êxodos migratórios (mas não só), os limites territoriais dos Estados-nação para reivindicar uma necessária cidadania global que se reaproprie do controle do espaço e seja capaz de desenhar uma nova cartografia (Hardt & Negri, 2000). Porque, como diz Paulo Freire,

A cidadania não vem por acaso: é uma construção que, jamais terminada, exige lutar por ela. Exige compromisso, clareza política, coerência, decisão.

É por isso mesmo que uma educação democrática não pode ser feita à parte de uma educação de e para a cidadania (Freire, 1996, p. 133).

O espaço público deixa de ser uma questão meramente jurídica, pois o essencial é o que a população faz com os direitos que tem. Pois bem, como adverte Castoriadis (1988), se faltar coragem, responsabilidade ou vergonha, o espaço público tornar-se-á num lugar de propaganda, pornografia e mistificação.

Somente a educação (paideia) dos cidadãos como tal pode dar um conteúdo verdadeiro ao espaço público. Mas essa paideia não é principalmente uma questão de livros ou fundos para escolas. Significa em primeiro lugar, e antes de tudo, tomar consciência de que a polis também somos nós e que o seu destino depende também da nossa reflexão, do nosso comportamento e das nossas decisões; por outras palavras, é a participação na vida política (Castoriadis, 1988, p. 123).

Diante da “sociedade do desprezo” (Honnet, 2011), a cidadania só pode ser sinónimo de uma política democrática entendida como uma “política de reconhecimento do outro” (Touraine, 1994). Uma política que envolve o desenvolvimento de políticas de justiça, memória e reconhecimento. Por isso, a ação social deve servir para construir uma “cidadania insurgente” (Holston, 2008) que reaproprie e revalorize a cidadania como um valor comum vinculado à participação e compromisso de transformação.

O discurso da impossibilidade de mudar o mundo é o discurso daqueles que, por diversos motivos, aceitaram a acomodação, inclusive para lucrar com ela. A acomodação é a expressão do abandono da luta pela mudança. A quem se acomoda falta-lhe ou quem se acomoda esmorece a capacidade de resistir. Para quem deixou de resistir ou para quem, em algum momento, conseguiu fazê-lo, é mais fácil acomodar a suavidade da impossibilidade do que assumir a luta permanente e quase sempre desigual em prol da justiça e da ética (Freire, 2006, p. 51).

Temos o direito e o dever de mudar o mundo, lembra Freire, pelo que a resignação não é uma opção:

Convém ressaltar que há uma diferença fundamental entre alguém que se acomoda completamente sem esperança, submetido de tal forma ao sufocamento da necessidade, que impossibilita a aventura da liberdade e a luta por ela, e aquele que, no discurso da acomodação, tem um instrumento

eficaz para o seu combate, o de impedir a mudança. O primeiro é o oprimido sem horizonte; o segundo, o opressor impenitente (Freire, 2006, p. 51).

A reflexividade e o pensamento crítico não consistem em reclamar e denunciar, mas em ser capaz de ouvir o que resiste. Porque em qualquer situação de opressão há sempre formas de resistência. E a comunicação é um elemento-chave de qualquer estratégia de resistência. Desenvolver estratégias de resistência frente a barbárie é, portanto, não apenas possível, mas também necessário e até essencial.

3.2. Descolonizar a nossa cultura

Antes dos preconceitos e imaginários racistas estarem na cabeça das pessoas eles estão na cultura no nosso sistema social, são aprendidos durante o processo de socialização junto com outras atitudes, crenças e valores. O preconceito e o racismo nas suas diversas formas são reproduzidos e socializados em diferentes âmbitos da vida quotidiana, tanto pelas grandes instituições responsáveis pela nossa socialização, como por exemplo a família, a escola, os meios de comunicação social, como pelos discursos a que estamos expostos ou participamos consciente ou inconscientemente.

O racismo é um discurso cultural que nos cerca desde a infância, no ar que respiramos, nos conselhos e modos de pensar de nossos pais, nos hábitos culturais. Estamos expostos a ele na escola, na rua e nos jornais e, até mesmo, nas obras de pessoas que deveriam ser admiradas e que podem de fato ser admiráveis [...] O racismo é uma linguagem coletiva a serviço das emoções de cada um” (Memmi, 1982, p. 12).

A ideologia racista não é apenas uma doutrina, é um sistema de crenças socialmente compartilhado pelos membros de uma comunidade, um conjunto de representações sociais que definem a identidade social de um grupo, ou seja, suas crenças compartilhadas sobre suas condições fundamentais e seus modos de existência e reprodução (Van Dijk, 2003). Renovar a intervenção antirracista a partir de uma abordagem crítica e transformadora significa desconstruir, levar a cabo um “trabalho interno” de desconstrução da cultura dominante fundamentalmente racista e construir uma contracultura genuinamente antirracista. O que significa construir uma cultura antirracista? Resumindo, trata-se de uma cultura de reumanização, uma cultura que

desmonta os mecanismos de dominação social começando com os dispositivos que compõem a lógica do racismo: a divisão radical entre nós e eles, centralização e estigmatização. Se o racismo é uma concepção de mundo, então o antirracismo tem de ser, antes de tudo, um processo de descolonização de nosso imaginário e uma redefinição de nossa identidade. Uma tarefa primordial dos profissionais de intervenção antirracista é contribuir para a desconstrução da lógica racista reproduzidas, em muitos casos, pelos principais agentes de socialização - instituições de ensino, famílias, amigos, meios de comunicação - e, sobretudo, refletir sobre os modelos implícitos que condicionam a nossa intervenção e que são o reflexo dos elementos racistas integrados no nosso horizonte cultural.

Descolonizar a nossa cultura e, com ela, as nossas ações antirracistas, significa antes de tudo reconhecer de onde teorizamos, evitando o etnocentrismo e o falso universalismo, e tendo sempre em conta a particularidade das nossas propostas e a importância das epistemologias do Sul (De Sousa Santos, 2010a) nos processos de resistência à dominação. Não podemos contribuir para o antirracismo sem admitir a colonialidade do nosso conhecimento, sem desconstruir os modelos implícitos que fundamentam a nossa forma de intervir. Trata-se, antes de mais, de dar espaço a práticas antirracistas que se desenvolvem “desde as margens”, de reconhecer a capacidade de autodefinição dos grupos subalternos o que significa, inevitavelmente, redefinir a nossa identidade.

A redefinição de uma cultura antirracista precisa criar espaços de diálogo e colaboração entre teorias e práticas que se desenvolvem no Norte e no Sul, entre pessoas que pertencem aos grupos dominantes, mas que querem romper com o sistema de opressão e grupos subordinados. Descolonização do seu quadro de referência, diálogo e reconhecimento são os três elementos básicos a partir dos quais o antirracismo europeu pode reconstruir a sua legitimidade.

Por tudo isto, o antirracismo tem de ser essencialmente reflexivo, incluindo sempre a dimensão do poder. A reflexividade é a consideração contínua de como os valores, a diferença social e o poder afetam as interações entre os indivíduos. Essas interações devem ser entendidas não apenas em termos psicológicos, mas também como uma questão de sociologia, história, ética e política.

O antirracismo crítico e transformador, como prática anti opressiva, é um processo que começa sempre com um trabalho reflexivo que questiona os próprios preconceitos, os próprios modelos implícitos e a posição que ocupamos no sistema de dominação, de modo a tomar consciência do papel na reprodução de estruturas de discriminação e poder.

Isto implica um processo contínuo de questionamento das práticas e um repensar dialógico das estratégias de intervenção, envolve uma vontade de mudar radicalmente a lógica tradicional das intervenções e pressupõe o reconhecimento da responsabilidade política de cada um.

3.3. Compreender para transformar

A identificação, o diagnóstico e a visibilidade das novas formas de racismo, a análise da multidimensionalidade das suas causas, a compreensão da sua função ideológica e social são passos necessários para a renovação do antirracismo. Isso implica analisar como interatuam tipos específicos de dominação social historicamente construídos, como o gênero, a etnia, a classe, a raça, a identidade cultural, para entender a construção dos diferentes tipos de desigualdade social (Crenshaw, 1991; Collins, 2000). Trata-se de colocar no centro a experiência vivida de pessoas discriminadas e analisar a forma como as categorias como classe, raça e sexo se cruzam criando situações complexas de desigualdade e dominação.

Além disso, implica compreender a dinâmica dos novos contextos comunicativos e informativos, onde se produzem e reproduzem as ideias racistas e onde são criados processos de socialização e dinâmicas de grupo que escapam aos esquemas antirracistas tradicionais. Finalmente, trata-se de compreender os processos psicossociais e ideológicos e os elementos que intervêm na construção de um grupo estigmatizado como ameaça. Ou seja, os fatores contextuais como: interdependência, status, ansiedade intergrupais, ameaça devido a recursos limitados (emprego, serviços sociais, educação, habitação, saúde), ameaça simbólica (normas, valores identitários, tradições), história anterior, diferenças intergrupais, fatores ideológicos, relevância e distinção do grupo, fatores situacionais como instabilidade social ou o desafio que o grupo estigmatizado representa ao status quo.

3.4. Protagonismo dos grupos racializados e discriminados

Para superar os limites das intervenções antirracistas, devemos conceber a comunicação antirracista como um processo de empoderamento e emancipação dos membros do grupo estigmatizado, enfatizando sua agência, os seus recursos, a sua resiliência. Devemos analisar as estratégias realizadas por membros de grupos estigmatizados para resistir ao racismo e o impacto que o estigma tem na sua vida cotidiana. As pessoas estigmatizadas não são vítimas passivas de preconceito e

discriminação, elas desenvolvem diferentes tipos de estratégias para lidar com o preconceito que devem ser reconhecidas e valorizadas para que a intervenção seja mais eficaz. A estrutura de dominação só pode ser alterada se, como propõem o antirracismo político e as práticas anti opressivas, colocarmos em primeiro plano as lutas dos migrantes: estas lutas, por outro lado, deveriam ser levadas em conta pela modalidade com a qual se determinam, ao longo de todo o arco da experiência migratória, e também como um aspecto de referência fundamental para essa nova definição do racismo, que tem em conta a sua contínua reestruturação dentro das relações sociais caracterizadas pela presença de migrantes com uma postura diferente da simples 'vítimas': isto é, como sujeitos que expressam resistências e práticas conflituosas inovadoras.

Além disso, a nossa abordagem assume alguns dos princípios básicos da Community Organizing (Mizrahi, 2009): entender que os grupos racializados não são um bloco monolítico, e que podem existir diferentes “racionalidades”, estratégias de resistência e que é, portanto, necessário apoiar processos criativos de articulação dessas estratégias. É fundamental lembrar a importância de reconhecer a voz das pessoas racializadas, dar espaço a novas racionalidades, apoiar a emergência de saberes, práticas, habilidades e quadros interpretativos normalmente silenciados. Apoiar a “emergência” de novas formas de ser, de saber e de poder (De Sousa Santos, 2010b).

Esse reconhecimento implica partir da experiência vivida pelas pessoas racializadas e vítimas de discriminação, desenhar estratégias de intervenção com base na sua realidade concreta de vida e mudar a nossa posição, de 'especialistas', 'porta-vozes' ou 'líderes' das intervenções, passando a posicionar-nos como facilitadores e aliados, sabendo escutar, dando espaço, sendo autocrítico, aceitando sair da zona de conforto e assumindo um papel secundário, de apoio.

3.5. Comunicação participativa

Vivemos numa sociedade de risco na qual prevalece uma cultura de medo e insegurança, razão pela qual o nosso desafio fundamental é ajudar a estabelecer as bases para uma “comunicação empática” (Tufte, 2015), capaz de desconstruir as realidades que desencadeiam a insegurança. Por isso, boa parte das estratégias de resistência jogam-se nos mediapolis, pois trata-se de definir uma nova agenda e construir novos quadros de interpretação desconstruindo os existentes (neste sentido, qualquer tipo de participação implica agência). Existe uma “potencial sinergia entre a ascensão da auto comunicação

de massa e a capacidade autónoma das sociedades civis em todo o mundo” (Castells, 2009, p. 303).

Neste contexto, a comunicação antirracista participativa é uma ferramenta metodológica fundamental para alcançar a mudança social. Isso supõe trabalhar a sensibilização e a comunicação a partir de lógicas horizontais, centradas nos processos e nas dinâmicas coletivas. A comunicação participativa é um processo de diálogo baseado no respeito e reconhecimento do outro, na equidade, na justiça social e na participação de todas as pessoas. O seu objetivo é promover processos de transformação mediante ações capazes de construir novos referenciais e novos imaginários para interpretar a realidade com “eficácia cultural”.

Se a mediapolis é o espaço privilegiado para a definição de fronteiras simbólicas, é a partir desse espaço público mediático que podemos propor, ainda que esquematicamente, algumas estratégias que podem contribuir para a desconstrução das fronteiras morais. Dado que o dispositivo tanatopolítico das fronteiras morais se articula por meio de um triplo processo de negação, diferenciação e construção do outro como ameaça, as estratégias de resistência terão de ser desenvolvidas através de um triplo processo de compreensão, reumanização e responsabilização.

a) Compreender

É ingénuo pensar que o poder das imagens reside na sua capacidade de promover o repúdio à atrocidade ou à insensatez. É preciso algo mais do que o choque, na medida em que ver não é compreender. Faz falta a compreensão do facto: algo que as imagens não fornecem por si mesmas. A mera aparição do outro em crise não é suficiente para nos 'comprometer' com ele, já que o efeito pode ser efémero ou o contrário: levar à negação e à indiferença. Assim, a conexão não deve ser confundida com proximidade, a proximidade com o compromisso, ou a visibilidade com a responsabilidade (Silverstone, 2010). É preciso dar visibilidade ao sofrimento sem o espectacularizar, fazer compreender as causas e implicações da situação das pessoas em busca de refúgio, tornar visível a complexidade do problema, a relação que possui com o sistema de desigualdade global; mas também é necessário tornar visível o custo social, político, ético e estratégico da 'indiferença'.

b) Reumanizar

A fotografia de Aylan Kurdi mostrou os efeitos de uma (infelizmente efémera) rutura das fronteiras morais: o tipo de imagem, o seu tratamento mediático, saber o seu nome e família, as suas roupas, o seu fenótipo, a sua idade ou a sua posição na praia

contribuíram para reumanizar os refugiados. O desafio é como reumanizar os refugiados sem cair no sensacionalismo, já que apostar no drama é fácil a curto prazo, mas perigoso a longo prazo: o drama normaliza-se, acostumamo-nos com a tragédia ou acionamos mecanismos de defesa que podem chegar a culpabilizar as vítimas.

A pesquisa psicossocial fornece inúmeras chaves, baseadas num rigoroso trabalho científico, para poder fomentar a empatia, perspetivar e reumanizar grupos que normalmente são excluídos de nossa esfera moral. Trata-se de operacionalizar essas chaves e, além disso, de forma participativa e dialógica, gerar propostas criativas que nos permitam reumanizar as pessoas refugiadas, para que voltem a ser sujeitos de direitos e para que a indignação contra sua situação seja realmente mobilizadora.

Diante da diferenciação radical, é preciso construir um novo 'nós', mais inclusivo e complexo. Trata-se de apresentar as pessoas refugiadas como sujeitos, e não como uma massa anónima, mostrar a sua heterogeneidade, visibilizar a complexidade das pessoas e suas múltiplas identidades. Sublinhar elementos comuns ajuda a quebrar as barreiras entre os grupos e facilita a identificação. Conhecer a história de uma pessoa, conhecer a sua identidade, dar-lhe voz e rosto aumenta a empatia para com ela. Nomear e ser nomeado, estar presente e tornar presente os rejeitados e devolvidos ao inferno é um modo de resistência necessário: se a indiferença é um elemento-chave da lógica da dominação, a empatia é uma forma de dissidência emocional.

c) Responsabilizar

A reumanização implica assumir responsabilidades e comprometer-se com o campo de ação. Porque a inação colocar-nos-ia de volta ao campo da indiferença e da desconexão moral. E agir só é possível se assumirmos a responsabilidade pela situação-problema.

Para promover a responsabilidade, não basta tornar visível o sofrimento, mas fornecer elementos para a sua compreensão, identificar as causas do problema, sobretudo aquelas que nos dizem respeito, propor possíveis soluções, criar as condições para que as pessoas possam intervir. Se as causas não forem claras, podemos culpar as vítimas pelo que acontece para proteger a nossa visão de mundo. Por outro lado, o sofrimento sem solução, sentir-se incapaz de intervir ou, sendo capaz, não ter a possibilidade de intervir, gera em nós ansiedade e frustração e no final preferimos 'não olhar' para não nos sentirmos mal.

Fazer compreender, reumanizar e responsabilizar são estratégias de resistência que permitem repolitizar o sofrimento. A tanatopolítica despolitiza (remove todo o conteúdo político das questões sociais em geral, e a situação das pessoas migrantes/refugiadas que

vivem na zona do não-ser em particular) manipulando a linguagem, culpando, negando e invisibilizando as causas e os contextos.

3.6. Empoderamento comunicacional

Diante dos limites da sensibilização tradicional, propõe-se uma comunicação participativa para a mudança social que os autores chamam de 'empoderamento comunicacional'. Uma comunicação crítica, participativa e transformadora não tem como objetivo a persuasão e a transmissão de informações, mas a construção de novos significados por meio do diálogo a partir da comunidade. Nesta perspectiva, as pessoas não são meros destinatários de informações, mas podem participar ativamente na construção das mensagens. Nesse contexto, denominamos empoderamento comunicacional “o processo pelo qual as pessoas, os grupos ou as comunidades se tornam agentes comunicativos para a mudança social” (Aguilar-Idáñez & Buraschi, 2017, p. 114).

Os fundamentos do empoderamento comunicacional encontram-se na teoria e na prática da educação popular desenvolvida no campo da pedagogia da libertação. O empoderamento comunicacional é inspirado no conceito freireano de consciencialização, um processo de ação cultural por meio do qual os oprimidos tomam consciência de sua situação sociocultural e afirmam-se como sujeitos conscientes e cocriadores do seu futuro histórico (Freire, 1970). Os conceitos de consciencialização e sensibilidade intercultural (Aguilar-Idáñez & Buraschi, 2014) e de consciencialização facilitadora são uma alternativa eficaz ao conceito tradicional de motivação (Aguilar-Idáñez & Buraschi, 2021).

O empoderamento comunicacional implica reavaliar o potencial transformador da comunicação e do diálogo, na sua capacidade de contribuir para a criação de novos imaginários sociais, contrariando a abordagem securitária e a comunicação-espetáculo.

O empoderamento comunicacional é um construto contextual, ou seja, as suas dimensões e os conteúdos do processo não são universais, mas adaptam-se estrategicamente aos diferentes contextos. É um construto multidimensional que inclui o sentimento de autoeficácia, o acesso e controle de recursos, a informação e a compreensão do mundo, a participação, o aumento de competências, o poder de decisão, o reconhecimento por outras pessoas, a capacidade de influenciar o próprio ambiente, a qualidade e a quantidade de capital social a que temos acesso.

O ponto de partida das teorias sobre empoderamento é que as pessoas e as comunidades podem ser geradoras de transformações e mudanças sociais, por meio de um trabalho colaborativo e não diretivo que leve a ações concretas. Um dos elementos fundamentais que permitem o desenvolvimento de possibilidades transformadoras é a existência de espaços de ação e participação cidadã. Os principais elementos que devem ser trabalhados para alcançar o empoderamento comunicacional são: o sentimento de autoeficácia comunicativa, a apropriação tecnológica, a leitura crítica e a reflexividade, a aquisição de competências dialógicas e participativas e a capacidade de criar e desenvolver colaborativamente ações comunicativas com impacto nos imaginários sociais.

Conclusão

Para combater efetivamente o racismo contemporâneo a ação social antirracista apresenta sérias limitações, derivadas dos modelos implícitos dominantes que fundamentam as ações tradicionais de sensibilização.

Para renovar esse antirracismo clássico, a partir de uma perspectiva crítico-transformadora e emancipatória, foram apresentadas duas novas ferramentas conceituais e seis propostas metodológicas inovadoras: uma nova definição de racismo e uma definição de limites morais, com alto valor operativo para enquadrar a ação antirracista. E seis propostas operacionais para implementar essa renovada ação social antirracista, no campo metodológico e prático: a reflexividade crítica; a descolonização da própria cultura; compreender para transformar; o protagonismo de grupos racializados e discriminados; a comunicação participativa e, o empoderamento comunicacional.

Agradecimento

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa competitivo, financiado pelo Ministério da Ciência e Inovação espanhol, intitulado "Racismo e discriminação: os Direitos Humanos sob ameaça" [PID2019-105018RB-100].

Referências bibliográficas

Aguilar-Idáñez, M. J. (2010). Modelos de intervención social con inmigrantes e interculturalidad: un análisis crítico. *Inguruak. Revista Vasca de Sociología y Ciencia Política*, Special Issue, 'Sociedad e Innovación en el siglo XXI', February, 77–94.

Aguilar-Idáñez, M. J. (2011). El racismo institucional en las políticas e intervenciones sociales dirigidas a inmigrantes y algunas propuestas prácticas para evitarlo. *Documentación Social*, 162, 139-166.

Aguilar-Idáñez, M.J., & Buraschi, D. (2014). Educating social workers without boundaries through the Intercultural Social Intervention Model (ISIM). En C. Noble, H. Strauss y B. Littlechild (Eds.), *Global social work. Crossing borders, blurring boundaries* (pp. 41-53). Sydney University Press.

Aguilar-Idáñez, M. J., & Buraschi, D. (2016). Del racismo y la construcción de fronteras morales a la Resistencia y el cambio social: la sociedad civil frente a las migraciones forzadas. *Política Social y Servicios Sociales*, 111(33), 29-44.

Aguilar-Idáñez, M. J., & Buraschi, D. (2017). Comunicar para transformar el discurso del odio: aprendizajes para enfrentar eficazmente el racismo desde el empoderamiento comunicacional ciudadano. *Documentación Social*, 184, 107-129.

Aguilar-Idáñez, M. J., & Buraschi, D. (2018). La interculturalidad como proyecto político, social y profesional. En A. Mora (Ed.), *Mediación intercultural y gestión de la diversidad. Instrumentos para la promoción de una convivencia pacífica* (pp. 75-97). Tirant lo Blanch.

Aguilar-Idáñez, M. J. & Buraschi, D. (2020). Racismo institucional: ¿De qué estamos hablando? *The Conversation*, 20 de marzo de 2020. <https://bit.ly/3vvqVYK>

Aguilar-Idáñez, M. J. & Buraschi, D. (2021). Diálogo e empoderamento comunicacional na intervenção social. En J. Fialho (Org.), *Manual para a intervenção social. Da teoria à ação* (pp. 19-31). Edições Sílabo.

Aparicio-Guadas, P. (2002). El camino de la re/invencción de la ciudadanía y la educación popular. *Polis*, 3, 1-10.

Buraschi, D. & Aguilar-Idáñez, M. J. (2019). *Racismo y antirracismo. Comprender para transformar*. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. <http://doi.org/10.18239/atena.16.2019>

Buraschi, D. & Aguilar-Idáñez, M. J. (2021). Las ONG en la reproducción del racismo institucional: Análisis de la intervención social en espacios de tránsito migratorio. En I. Barbero (Ed.), *El tránsito de personas migrantes desde la perspectiva de los derechos y la acogida digna(I)* (pp. 103-123). Tirant lo Blanch.

Castells, M. (2009). *Comunicación y poder*. Alianza Editorial.

Castoriadis, C. (1988). *Los dominios del hombre*. Gedisa.

Collins, P. H. (2000). Gender, Black Feminism, and Black Political Economy. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 568, 41-53.

Crenshaw, K.W. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299.

De Sousa Santos, B. (2010a). *Epistemologías del sur*. Siglo XXI.

De Sousa Santos, B. (2010b). Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a una ecología de saberes. En H. Cairo & R. Grosfoguel (Coords.), *Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa. Un diálogo Europa-América Latina* (pp. 101-146). Iepala.

Devine, P. (1989). Stereotypes and prejudice: their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.

Dixon, J., Levine, M., Reicher, S., & Durrheim, K. (2012). Beyond prejudice: Are negative evaluations the problem and is getting us to like one another more solution? *Behavioral and Brain Sciences*, 35(6), 411-425.

- Foucault, M. (2008). *Defender la sociedad*. Fondo de Cultura Económica.
- Freire, P. (1970). *Pedagogía del oprimido*. Siglo XXI.
- Freire, P. (1996). *Cartas a quien pretende enseñar* (2nd ed.). Siglo XXI.
- Freire, P. (2006). *Pedagogía de la indignación* (2nd ed.). Ediciones Morata.
- Hardt, M. & Negri, T. (2000). *Empire*. Harvard University Press.
- Holston, J. (2008). *Insurgent Citizenship. Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton University Press.
- Honneth, A. (2011). *La sociedad del desprecio*. Trotta Editorial.
- Hooks, B. (1989). *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. South and Press.
- Katwala, S., Ballinguer, S. & Rhodes, M. (2014). *How to talk about immigration*. British Future.
- Memmi, A. (1982). *Le Racisme*. Gallimard.
- Mizrahi, T. (2014). Community organizing principles and practice guidelines. In: *Social Workers' Desk Reference* (3rd ed.). Oxford University Press.
- Quijano, A. (1991). Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perú Indígena*, 2, 11-21.
- Silverstone, R. (2010). *La moral de los medios de comunicación. Sobre el nacimiento de la polis en los medios*. Amorrortu.
- Touraine, A. (1994). *Qu' est-ce que la démocratie?* Fayard.
- Tubino, F. (2005). *La interculturalidad crítica como proyecto ético-político*. Encuentro continental de Educadores Agustinos, Lima. <https://goo.gl/AORaZj>
- Tufte, T. (2015). *Comunicación para el cambio social. La participación y el empoderamiento como base para el desarrollo mundial*. Icaria.
- Van Dijk, T. (2003). *Racismo y discurso de las élites*. Gedisa.
- Walsh, C. (2008). *Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: Apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir*. <https://goo.gl/mJmwf3>